

2.11 • Nacionalismos e separatismos

A Ucrânia, a Rússia e a Europa pós-Crimeia

Marcos Farias Ferreira

NO AGRAVAR DAS TENSÕES normativas e empíricas que constituem o universo social, e a ordem internacional em particular, o ano de 2014 foi colocado ao lado de anos como 1814 e 1914 pelo potencial de transformação que encerraria em termos de mudança estrutural nas relações entre as grandes potências (Shevtsova, 2014). Num universo social de complexidade crescente, em que os instrumentos militares, tal como de resto toda a materialidade, ganham significado e relevância apenas no contexto discursivo mais alargado de ideias e práticas sociais globalizadas, a anexação de facto da Crimeia pela Rússia a 18 de março pareceu emergir como momento de rotura definitiva nas relações entre Ocidente e Rússia, capaz de impor no debate a linguagem fracturante de uma Europa pós-Crimeia. Mas a provar a contingência de toda a análise política, sobretudo a mais apressada e definitiva, o mês de dezembro haveria de trazer o que alguns chamam de fim do interregno – a emergência da Rússia como potência que disputa a hegemonia ocidental e as normas dominantes da ordem internacional – com a queda abrupta do rublo e do PIB, a subida das taxas de juro e a fuga massiva de capitais após as sanções relativas ao conflito na Crimeia e no Donbas.

A Ucrânia

Para o nacionalismo russo a Ucrânia não existe e a definição das fronteiras internacionais após a desagregação da União Soviética é agora vista abertamente como um ato de arbitrariedade, traição e injustiça histórica contra a nação russa num momento de extrema debilidade. A expressão direta dessa injustiça seria o Memorando de Budapeste de 1994, através do qual a Rússia reconheceu a integridade territorial da Ucrânia e se comprometeu a garantir a sua segurança, em troca da adesão do novo Estado ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (1968) e consequente renúncia àquele que era então o terceiro maior arsenal nuclear. Para o nacionalismo russo, em alta também na relação entre teoria e prática com a proximidade de Aleksandr Dugin ao Kremlin, a Ucrânia não dispõe de estabilidade ontológica, dividida que está entre uma esfera cultural europeia, a ocidente, e uma esfera russa a leste.

A emergência da Ucrânia como Estado soberano a partir das ruínas da União Soviética tornou-se um estudo de caso para a nova vaga de transitologia, após as transições democráticas na Europa do Sul e América Latina. Mas como lembrou Taras Kuzio (2001), o desafio da transição na Ucrânia consistiu num complexo quádruplo processo, que para lá das transformações em direção à democracia e à economia de mercado exigiria a edificação de um Estado e de uma nação. Assim, o sucesso da transformação de um sistema político soviético num

sistema ‘moderno’ seria muito mais contingente e acidentado do que na Europa Central, onde a tradição do Estado estava estabelecida em bases sólidas e a identidade nacional havia sido fortalecida na resistência contra o sovietismo.

“
A enunciação das palavras torna-se a proclamação de novas verdades estatais e a produção de novas realidades geopolíticas: com as palavras criamos novos mundos.
 ”

Os quase vinte e cinco anos de Ucrânia pós-soviética foram marcados por graves tensões endógenas e exógenas que condicionaram (ou impediram) o sucesso da transição e condenaram os ucranianos a sair em massa do seu país em busca de melhores condições de vida. O avolumar da tensão entre parlamentarismo e presidencialismo quanto à sede efetiva do poder, entre as concepções europeia e russa da Ucrânia, bem como, desde 1999, entre Ocidente e Rússia quanto aos conflitos na Europa, ao alargamento da OTAN e à segurança energética, agravou a instabilidade no país e tornou incompatíveis as diferentes agendas políticas. O revanchismo e chauvinismo pós-soviéticos encontraram terreno fértil no campo de disputa ontológica em que se foi transformando a Ucrânia no último quarto de século. A revolução laranja de 2004, com as expectativas criadas e traídas, foi um marco para o agravar das clivagens internas e externas que haveriam de emergir de forma mais virulenta em novembro de 2013.

2014 pode ser visto como o ano do enterro definitivo da ideia de Europa Central, facto relacionado com a tragédia ucraniana que se agravou ao longo do ano (Michta, 2014), emergindo uma ideia de Europa Central como arma potente de transformação política que trouxe a promessa de os contrafortes europeus entre Ocidente e Leste poderem finalmente escapar ao dilema de escolher ser uma periferia do Ocidente ou da Rússia. O facto próximo que desencadeou o levantamento popular em Kiev e outras cidades ucranianas – o abandono pelo presidente Yanukovich das negociações comerciais com a UE (2013) e a posterior assinatura com a Rússia de um acordo económico – é o resultado do confronto progressivo entre as políticas externas russa e europeia pela Ucrânia, conduzindo o presidente Yanukovich à posição insustentável de ter de optar, de forma exclusiva, por um dos campos.

A saída para a rua de dezenas de milhares de ucranianos, sobretudo em Kiev, entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, foi vista no Ocidente como a manifestação inequívoca da sua vontade democrática de acelerar a transição e cortar com o legado soviético. O apoio à nova revolução foi imediato e desencadeou todas as desconfianças no Kremlin quanto ao desejo ocidental de mudança de regime em todo o espaço pós-soviético, incluindo Moscovo. Após os violentos confrontos em Kiev que deixaram oitenta e oito mortos em dois dias, o presidente Yanukovich assinou um compromisso com a oposição mas desapareceu no dia seguinte, desencadeando a tomada definitiva do poder pelos manifestantes do Euromaidan. Após a anexação de facto da Crimeia pela Rússia, a 18 de março, os confrontos emergiram em Donetsk, Luhansk e Odessa contra o exército ucraniano e as forças pró-russas declaram a independência de duas repúblicas populares numa região que a historio-



População de etnia ucraniana
 ■ Maioria de falantes ucranianos
 ■ Predomínio de falantes ucranianos
 ■ Maioria de falantes russos
 ■ Predomínio de falantes russos

População de etnia russa
 ■ Russos
 ■ População de etnia russa em número significativo

Minorias étnicas
 ■ Romanos / Moldavos
 ■ Húngaros
 ■ Búlgaros
 ■ Rutenos (Ucranianos dos Cárpatos)

Mapa etnolinguístico da Ucrânia.

AS ELEIÇÕES DE 2014 E O DESAFIO DA LEGITIMIDADE

A anexação da Crimeia pela Rússia, o alastrar do conflito militar ao leste da Ucrânia, a separação de facto de Donetsk e Luhansk e a fuga de Yanukovich, tudo fez desabar as frágeis estruturas do Partido das Regiões, pró-russo e no poder até fevereiro de 2014, e alterou pela primeira vez desde a independência o equilíbrio de forças e a representação nas instituições políticas.

As eleições presidenciais e legislativas que se realizaram, respetivamente, a 25 de maio e 26 de outubro, foram assim momentos decisivos para a legitimação do novo poder saído das manifestações anti-Yanukovich e para a clarificação do novo projeto político inspirado no Euroamaidan. Se bem que condicionada por outros fatores, a rápida renovação das instituições políticas em Kiev jogou um papel decisivo na consolidação do poder e no atenuar do ataque russo às novas autoridades, e contribuiu para unir a maioria dos ucranianos, no curto prazo, em torno de um projeto de mudança para o país.

A recomposição das forças políticas levou ao desaparecimento da tradicional fratura entre forças pró-europeias e pró-russas e, por conseguinte, entre poder e oposição. Sem votação na Crimeia, Donetsk e Luhansk, Petro Poroshenko foi eleito presidente da Ucrânia com 54,70% dos votos contra 12,81% de Yulia Tymoshenko. As eleições legislativas trouxeram novos partidos à cena política e também deram maioria significativa ao poder saído do Euromaidan. Fruto de um sistema que conjuga proporcionalidade e círculos uninominais, o Bloco Poroshenko obteve 132 lugares na nova Rada (450 lugares), a Frente Popular do primeiro-ministro interino Yatsenyuk obteve 82, enquanto o Bloco da Oposição (que polarizou o descontentamento face à mudança de regime) se ficou pelos 29. Pela primeira vez desde 1991, os comunistas ficaram sem representação parlamentar e os lugares relativos à Crimeia, Donetsk e Luhansk ficaram por ocupar.

grafia russa apelida de *Novorossiya* (Nova Rússia). Ao contrário do que acontecera na Crimeia, Moscovo não reconheceu o ato e mantém-se numa posição equívoca, pressionado pelo Ocidente para terminar o apoio militar aos rebeldes e cumprir o cessar-fogo alcançado em Minsk.

A Rússia

A reação do Kremlin à mudança de regime em Kiev costuma ser contextualizada com recurso a máximas geopolíticas imutáveis e a uma certa natureza fixa (quase biológica) do interesse nacional russo. É assumido, de forma pouco crítica, que o poder político no Kremlin é o defensor de uma tradição trans-histórica russa que reivindica legitimamente uma esfera de influência e acesso aos mares quentes, à custa dos interesses próprios de nações tratadas como dispensáveis. Contudo, os discursos do estado da nação da era Putin podem ser lidos como a instrumentalização da História na construção de uma narrativa eficaz de legitimação dos interesses de Putin e do seu círculo próximo. Este grupo constitui aquilo a que se vai chamando *Putin coletivo*, uma estrutura governativa coletiva que faz convergir os interesses da oligarquia económica com os interesses dos dirigentes do Estado e cuja função é co-optar e equilibrar os diferentes grupos de interesse através de uma chefia forte (Monaghan, 2011). O *Putin coletivo* assume-se progressivamente como soberano de um Estado patrimonial (Pipes, 1974) do qual é dirigente político e proprietário. O regresso de Putin à presidência da Rússia, em 2012, foi acompanhado de importantes protestos, que o poder político ouviu com atenção e a que reagiu pela força. Metaforicamente falando, podemos dizer que a Ucrânia (que significa literalmente *a fronteira*) começou a ser dividida muito antes da anexação da Crimeia, à medida que ia sendo transformada pelo discurso de Putin numa fronteira de narrativas usadas para mobilizar a lealdade dos russos. A instrumentalização de quadros simbólicos da identidade russa, e a posição (aparentemente) indiscutível de Putin no topo da cadeia de poder do Estado colocam-no

como figura-chave na construção de um 'destino manifesto' pós-soviético assente em representações míticas e afetivas derivadas da 'alma russa'. Assim, o *discurso* transforma-se no próprio método do poder, no sentido foucauldiano. O *discurso* é em si mesmo uma manifestação do poder na produção de uma gramática específica para representar algo específico, num contexto histórico específico (Foucault, 1991) e permitindo regular as condutas humanas. O discurso de Putin marca a ferro quente as identidades e práticas políticas possíveis e desejáveis na Rússia pós-soviética e esquece, rejeita ou afasta outras como indesejáveis e perigosas ou degeneradas. Esse discurso é responsável por impor na sociedade russa, de forma coerciva mas também pelo consentimento, uma visão hegemónica do que deve e do que não deve ser a Rússia moderna: convergir ou divergir das práticas sociais do Ocidente? Deve invocar o seu papel de guardião da tradição ortodoxa e do espaço eurasiático ou limitar-se a interagir segundo as normas do direito internacional e as lógicas da globalização liberal? Nesta linha, a gestação de uma identidade pós-soviética como *nomos* diferenciado, e o 'destino manifesto' como processo socialmente construído, refletem a narrativa evocada pelo discurso do poder. Como refere Geróid Ó Tuathail (2014), a enunciação das palavras torna-se a proclamação de novas verdades estatais e a produção de novas realidades geopolíticas: *com as palavras criamos novos mundos*.

A Europa pós-Crimeia

Como os discursos assentam na materialidade e não podem ser entendidos divorciados dela, é necessário levar em conta os últimos desenvolvimentos económicos na Rússia, consequência em parte das sanções ocidentais, para perceber até que ponto devemos falar de uma Europa pós-Crimeia como reflexo das putativas mudanças para a ordem europeia da alteração de fronteiras entre a Rússia e a Ucrânia. A queixa histórica, protagonizada por Putin, de que o fim da guerra fria representou o maior desastre geopolítico do

século XX e um ataque à alma russa só pôde representar um desafio inequívoco à ordem europeia enquanto não foi esquecido o efeito globalizante das sanções ocidentais à anexação da Crimeia e ao envolvimento da Rússia no conflito do Donbas. Assim, que significado assumirá a anexação da Crimeia e o conflito no Donbas, no contexto das relações entre Ocidente e Rússia? Terão consequências duradouras e quais? Para a Europa adepta convicta da paz liberal, a alteração de fronteiras a Leste é traumática e remanescente de outras épocas. Não tem justificação porque as próprias fronteiras perderam o caráter absoluto e o seu significado hostil deve ser transcendido via integração económica. Mesmo numa conjuntura economicamente difícil que se prolongará por algum tempo na Rússia, a anexação da Crimeia não será certamente revertida e o discurso nacionalista no Kremlin tenderá a reforçar-se à medida que o poder de Putin vier a ser questionado internamente. O conflito no Donbas também não deverá ser resolvido. Antes, tenderá a arrastar-se em baixa intensidade, nem guerra nem paz, com picos de violência, tal como os conflitos congelados na Transnistria, Alto Karabakh e Ossétia do Sul. Falar de uma Europa pós-Crimeia como realidade social radicalmente diferente devido à anexação da Crimeia pela Rússia em março de 2014 é, muito provavelmente, um exagero. Contudo, ajuda a perceber a estratégia russa no espaço pós-soviético que, perante a impossibilidade de controlar Kiev, opta pela divisão formal da Ucrânia em esferas de influência e a neutralização do sudeste do país, e permite ganhar tempo ao *Putin coletivo*. ■

Referências

- Andrew A. Michta (2014), "Central Europe: A Vanishing Idea" in *The American Interest*, <http://www.the-american-interest.com/2014/12/31/central-europe-a-vanishing-idea/> Consultado a 2/01/2015.
- Andrew Monaghan (2011), "The Russian Vertical: the Tandem, Power and the Elections" in Chatham House, <http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/175813> Consultado a 12/12/2014.
- Gearóid Ó Tuathail (2014), "Putin's Annexation of Crimea Speech Annotated" in *Critical Geopolitics*, <http://toal.org/2014/03/18/putins-annexation-of-crimea-speech-annotated/> Consultado a 20/04/2014.
- Lilia Shevtsova (2014), "The Survival Paradigm" in *Carnegie Moscow Center*, <http://carnegie.ru/2014/10/21/survival%ADparadigm/hzne> Consultado a 12/12/2014.
- Michel Foucault (1991), "Politics and the Study of Discourse" in Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller (ed.) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. University of Chicago Press: Chicago, pp. 53-72.
- Richard Pipes (1974), *Russia Under the Old Regime*, Penguin Books: Londres.
- Taras Kuzio (2001), "Transition in Post-Communist States: Triple or Quadruple?" in *Politics* 21 (3), pp. 168-177.